



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Órgão Oficial do Município

Dia 24 de Fevereiro de 2014
Lei nº 661 de 09 de abril de 2007

Ano VIII

Nº 685



PREFEITURA MUNICIPAL DE
MONTE CARMELO
ESTADO DE MINAS GERAIS



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

LOAS - Lei Federal 8.742 de 7 de dezembro de 1993
Lei Municipal N.º 016/97 de 14 de março de 1997 e
N.º 030/97, de 28 de abril de 1997

RESOLUÇÃO Nº 001/2014

“Dispõe sobre os critérios necessários a possibilitar a doação casada junto ao Fundo da Infância e adolescência de Monte Carmelo”.

Artigo 1º – A entidade governamental e não governamental que estiver regularmente registrada no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente -CMDCA de Monte Carmelo/MG e tiver interesse em captar recursos junto a empresas privadas ou pessoas físicas para depósito no FIA - Fundo Infância e Adolescência de Monte Carmelo/MG, poderá fazê-lo, desde que obedecidos os critérios estabelecidos nesta Resolução.

Parágrafo Único – Entende-se por doação casada a possibilidade do doador, pessoa física ou jurídica, vincular sua doação a um ou mais projetos específicos de determinada (s) entidade (s).

Artigo 2º – São requisitos obrigatórios para o recebimento da doação casada pelas entidades “captadoras”:

- I – Registro da entidade beneficiada perante ao CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Monte Carmelo/MG;
- II – Inscrição de seu programa/projeto beneficiado perante ao CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Monte Carmelo/MG;
- § 1º - Os projetos apresentados pela entidade deverão estar em conformidade com o Plano de Ação elaborado pelo CMDCA.
- § 2º - A entidade somente poderá captar recursos após a emissão de certificado do CMDCA, onde conste a aprovação do referido projeto.

Artigo 3º – O valor captado pela entidade deverá ser efetuado em uma única parcela..
§ 1º – Do valor total captado pela entidade, 20% (vinte por cento) será destinado ao FIA - Fundo da Infância e Adolescência, para aplicação de acordo com a livre deliberação do Plenário do CMDCA.
§ 2º – Os 80% (oitenta por cento) restantes serão destinados a execução do projeto, objeto da captação realizada pela entidade.

Artigo 4º – Quando da efetivação do depósito do recurso no Fundo da Infância e Adolescência vinculado a programa ou projeto específico, seja em depósito único ou parcelado, obrigatoriamente o doador deverá informar por escrito ao CMDCA, expondo o seu desejo de direcionar o recurso.
§ 1º – A informação do doador será realizada através do “Termo de Direcionamento de” Recurso – Doação Casada”, constante no anexo I desta Resolução.
§ 2º - O doador terá o prazo de 05 (cinco) dias, após a efetivação do depósito, para a entrega do “Termo de Direcionamento de Recurso – Doação Casada” ao CMDCA.
§ 3º – Do documento constará obrigatoriamente que do valor total doado, 80% (oitenta por cento) serão vinculados aos programas e projetos e os 20% (vinte por cento) restantes permanecerão no FIA – Fundo da Infância e Adolescência para serem utilizados segundo decisão do Plenário do CMDCA.
§ 4º – As entidades beneficiadas com os recursos advindos da doação casada, poderão se habilitar a receber também o valor que ficou depositado no FIA, necessitando para tanto de aprovação do Plenário do CMDCA, após análise da Comissão de Projetos e Parecer Técnico.

Artigo 5º – Dentro do prazo de 05 (cinco) dias após a efetivação do valor doado, o CMDCA fornecerá recibo de doação à empresa privada ou pessoa física, doadora em questão.

Artigo 6º – Tratando-se de valor captado pela entidade beneficiada, recebido em parcelas, será elaborado “Termo de Cooperação de Doação Casada Parcelada” entre a entidade “captadora” e o doador, com a anuência do CMDCA, constante no anexo II desta Resolução.

Artigo 7º – A entidade captadora iniciará a execução do projeto desde que consiga recursos necessários para a sua implantação e/ou, alternativamente, readeque-o em conformidade com o valor disponível.

§ 1º – A readequação a que alude o caput do artigo acima, poderá ser realizada desde que não altere substancialmente o projeto, devendo para tanto, ser aprovado pelo CMDCA.

§ 2º – Se não for possível executar o projeto com o valor disponível e/ou alternativamente readequá-lo no prazo máximo de 01 (um) mês, o valor doado ficará à disposição do Fundo DA Infância e Adolescência para aplicação de acordo com a livre deliberação do Plenário do CMDCA.

Artigo 8º – O CMDCA deverá fornecer ao doador, documentos referentes às prestações de contas financeira da entidade beneficiada, bem como informações quanto ao monitoramento do projeto, ao término de sua execução.

Artigo 09 – Para a captação de doações casadas, fica autorizada a apresentação de projetos/programas pelas entidades ao CMDCA em qualquer data do ano.

Artigo 10 – O desrespeito às normas elencadas nesta Resolução obrigará a imediata restituição do recurso recebido pela entidade ao FIA – Fundo da Infância e Adolescência.

Artigo 11 – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Presidente CMDCA
THIAGO CHAVES DE MELO

As Dezesseis dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e quatorze, às nove horas, na sede do Conselho Tutelar de Monte Carmelo/MG, deu início a Reunião Ordinária do Conselho Tutelar, situada à Rua Duque de Caxias nº 275, Bairro Tamboril, do em OCA e Presidente do Conselho Tutelar, Francisco Lima e Vice-Presidente Cassio Cavaleiro de Castro, onde foi apresentada a nova Secretaria Executiva, Francisca, a qual já foi abata, pela Presidente do Conselho Tutelar que iniciou dando as informações sobre as atividades das unidades por este órgão, principalmente quanto a interações do Conselho Tutelar, a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio, na reunião com pais e professores, que sua, no dia 19 de Fevereiro de 2014, e que contou com nosso apoio e de outros segmentos da comunidade. A representante da SMIA, Assessoria Social e Coordenadora da Proteção Social Especial, Renimere Ribata, Figueira, apresentou a respeito do Termo de Referência da Lei da Criança e Transmissão S.A. Amig Distribuição S.A. Companhia Brasileira de Minas Gerais e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Monte Carmelo/MG, que mencionou sobre a doação casada para o FIA - Fundo da Infância e Adolescência de Monte Carmelo com o CNPJ nº 786.704.0001-05, e no valor de R\$ 182.800,00 (dezoito mil trezentos e oitenta reais) doado de parte de imposto de renda, CPMG e RNS.

